



## PÁGINA 2

**Continuação**  
 (i) Em razão da provisão de resarcimento despesa mencionado no item (ii), a provisão está sendo demonstrada líquida do efeito do despesa nº 2.303/2019. (ii) Provisão oriunda da suspensão dos resarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da emissão do despesa nº 2.303/2019 que determina a suspensão temporária, com efeitos retroativos, dos resarcimentos estabelecidos no contrato apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de energia quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas elétricas). Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões normalmente nos períodos supracitados.

(c) **Provisões limiar excludente de responsabilidade:** Com base determinada a Portaria nº 226 de 5 de setembro de 2019, da Secretaria de Minas e Energia, os empreendimentos realizados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente dos Novos Empreendimentos no Gerador denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 1º de janeiro de 2016, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas elétricas, alegando a ocorrência de causas de força maior de responsabilidade do grupo pelo qual participou, ou ainda, no cronograma de entrega das usinas, fato que não se verificou. Embargo legal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; ii. Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré operacional dos parques, em função do atraso na inicial das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado. Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Provisão limiar exclidente de responsabilidade	3.720	3.230

Composição da movimentação (a), (b) e (c):

	Saldo	Provisão / Atualização Paga-	Transfe-	Saldo
	inicial	(Reversão)	mento	final
Circulante				
Limiar exclidente de responsabilidade	3.230	490	3.720	3.720
Provisão de resarcimento	3.690	4.104	(3.342)	4.452
Provisão de resarcimento	Despesa nº 2.303/2019	13.216	1.563	3.897
	20.136	4.104	2.053	18.676
Não circulante				
Provisão de resarcimento	2.347	3.451	(555)	5.243
Provisão de desmobilização	1.064	57	115	1.236
31 de dezembro de 2021	31.241	3.508	115	4.679
Circulante	23.547	7.612	2.168	33.327
Não circulante				
Provisão de resarcimento	2.482	748	3.222	3.230
Provisão de resarcimento	Despesa nº 2.303/2019	13.124	(366)	12.290
	15.606	3.223	1.166 (366)	12.798
				12.216
Não circulante				
Provisão de resarcimento	832	2.023	(508)	2.347
Provisão de desmobilização	973	(14)	105	1.064
31 de dezembro de 2020 - Representado (nota 2.1.1)	17.411	5.231	1.271 (366)	23.547

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. Obrigatória. Excluímos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. (a) e (b) e (c) que representam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho operacional e os resultados financeiros para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no item (iii) - **Bases para aplicar:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras". Somos independentes e responsáveis pelo processo de elaboração das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumplimos com as demais responsabilidades de auditoria com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria bútula é suficiente e apropriada para fundamentalizar

(d) **Causas judiciais:** A Companhia possui questões civis, tributárias e regulatórias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível, o que não é requerido o registro de provisões para perdas nas demonstrações financeiras, abaixo o quadro com os valores envolvidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	3.108	2.807
Regulatório	49	
Tributários	170	
	<b>3.326</b>	<b>2.807</b>

18. **Patrimônio líquido:** (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 73.904.900,00 e R\$ 69.904.000,00 em 31 de dezembro de 2020, sendo composto por ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Acionistas</b>		
Quantidade de ações	73.904.358	73.904
de ações	73.904.358	73.904
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>3.326</b>	<b>2.807</b>

b) **Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações:** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(10.688)	(5.393)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	72.069	68.904
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(0,15)</b>	<b>(0,08)</b>

c) **Receita contábil:** A receita é a apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e descontos financeiros. A receita é apresentada líquida do curso normal das atividades da Companhia. A receita é a apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e descontos financeiros. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve:

(i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medida através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativa a tal fornecimento, portanto, é efectuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional da Companhia está baseada em contratos regulados de venda de energia de longo prazo firmados com distribuidoras de energia. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão de resarcimento e descontadas no período e quadriênio contratual subsequente. Composição: A recompilação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Representado	Nota 2.1.1
Despesas de transmissão	1.131	(1.084)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.433)	(2.242)
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(1.433)</b>	<b>(2.242)</b>

d) **Custo de operação:** O custo de operação é a apresentada líquida das despesas operacionais e financeiras, abatidas pelos impostos e descontos financeiros, para fins de imposto de renda e contribuição social.

	Representado	Nota 2.1.1
Encargos de transmissão	1.131	(1.084)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.433)	(2.242)
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(1.433)</b>	<b>(2.242)</b>

e) **Receita Gerada:** A receita gerada é a apresentada líquida das receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda e contribuição social.

	Representado	Nota 2.1.1
Receta Gerada	1.131	(1.084)
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(1.131)</b>	<b>(1.084)</b>

f) **Receita com energia:** A receita com energia é a apresentada líquida das receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda e contribuição social.

	Representado	Nota 2.1.1
Receta com energia	1.131	(1.084)
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(1.131)</b>	<b>(1.084)</b>

g) **Provisão de resarcimento:** A provisão de resarcimento é a apresentada líquida das provisões de resarcimento, para fins de imposto de renda e contribuição social.

	Representado	Nota 2.1.1
Provisão de resarcimento	1.131	(1.084)
<b>Notas 2.1.1</b>	<b>(1.131)</b>	<b>(1.084)</b>

h) **Provisão de resarcimento:** A provisão de resarcimento é a apresentada líquida das provisões de resarcimento, para fins de imposto de renda e contribuição social.

	Representado	Nota 2.1.1